

Idosos vão ser mais protegidos

A denúncia de casos de violência contra idosos foi incentivada pelo Procurador-geral da República. António Duarte, presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova, defende esta acção e reforça o valor e importância dos idosos na sociedade actual. Um dos temas que marcou a última semana do ano de 2007 foi a declaração de Pinto Monteiro. O Procurador-geral da República lançou o repto para que as Juntas de Freguesia ajudassem a combater os crimes contra idosos e, dada a proximidade e familiaridade que estabelecem com as famílias, permite uma maior e melhor intervenção.

No seguimento do depoimento de Pinto Monteiro, o presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANF) afirma estar disposto a contribuir para o sucesso deste apelo e para a continuidade e reforço do "trabalho social de proximidade" que estes órgãos de soberania local já realizam junto das populações. Na freguesia de Vila Nova de Monsarros "é do conhecimento geral um ou dois casos de filhos que maltratam os pais. E isto é algo que não se pode conceber, que um filho bata num pai. Depois de muitos deles terem trabalho a vida toda e por várias vezes terem passado fome para que pudesse haver comer na mesa para os filhos. Os pais sacrificam-se para dar aos filhos o que podem e não podem, depois a retribuição é esta", afirma António Duarte, presidente da Junta de Freguesia da aldeia. Sensível às questões relacionadas com a terceira idade "por experiência própria, mais do que com a parte infantil", António Duarte admite ser de grande importância este trabalho e de "tudo o que seja feito para que se possa melhorar o final de vida de uma pessoa. Após anos de trabalho para o país e para a família, deve ser reconhecido e retribuído o esforço desse tempo, tornando o mais apazível possível a fase final da vida dos idosos".

As sociedades contemporâneas "têm cada vez menos respeito pelos mais velhos", os tempos mudam e as vivências alteram-se, "neste caso, no sentido do desrespeito por aqueles que têm na experiência de vida um bem maior", afirma o presidente de Junta. "As sociedades encaminham-se neste sentido e temos de evoluir com ela, a isso nos obriga", conclui. Apesar de não ser uma medida concreta prevista na Lei ou reconhecida como competência legal das Juntas de Freguesia, "é um dever social e moral que temos perante aqueles que já muito deram à sociedade", declara António Duarte. Texto e fotografia:

Mário Matos/

MMPLDA

www.mmplda.blogspot.com